

A atuação social da Assembléia de Deus: normas e valores entre os anos 1970 e 1980

Igor José Trabuco da Silva¹

Introdução

O presente texto analisa costumes e doutrinas da Assembléia de Deus, grupo religioso chegou ao Brasil na década de 1910 e na Bahia, na década de 1930, se apresentando, desde então, como um dos grupos religiosos mais expressivos, por ter uma das maiores membezias, bem como atingir todo o território nacional.

A fundação do grupo pentecostal assembleiano foi com os missionários Gunnar Vingren e Daniel Berg. Juntamente com outros fiéis estrangeiros e brasileiros fundaram o grupo pentecostal da AD a partir do cisma com a Igreja Batista, assumindo primeiramente a designação de Missão de Fé Apostólica, em 1911. O nome Assembléia de Deus foi dado, aproximadamente, em 1917, e a fundação do Pará se espalhou pra outras cidades.

A Assembléia de Deus se inseriu no município de Feira de Santana, cidade de origem notadamente católica, atestada pelo seu nome de batismo, em 1938. Feira de Santana teve sua formação econômica relacionada inicialmente à prática do pastoreio, posteriormente foi impulsionada pelo comércio regional, pelas atividades industriais e, sobretudo, por ter se tornado um importante entroncamento rodoviário, interligando o Norte e o Sudeste brasileiro.

Pretende-se analisar normas e valores do grupo religioso, durante as décadas de 1970, quando eram mais acentuadas as normatizações sobre a

¹ Professor da Universidade Estadual da Bahia, Uneb, Campus XIV.

conduta religiosa dos fieis, e a década, de 1980, quando o grupo assembleiano passa a participar expressamente na política partidária, ganhando o impulso da Constituinte de 1986.

A normatização e os valores estavam expressos no conjunto dos costumes e doutrinas assembleianos. Os costumes eram uma interpretação da leitura bíblica, ou seja, das doutrinas. Racionalmente os costumes deveriam estar submissos à doutrina, mas na prática não aconteceu. Apesar da AD tratar os costumes como doutrina, ou muitas vezes dar mais atenção aos usos dos costumes, estes não podiam ser confundidos, conforme um líder assembleiano. OU seja, a doutrina refere-se ao ensino bíblico normativo, derivado das Sagradas Escrituras, como regra de fé e prática de vida enquanto que o costume aplica-se a uma forma de expressão do porte, postura e comportamento social da pessoa ou congregação, confirmando ou comprometendo a doutrina bíblica, a moral e a ética cristã².

Presença evangélica em Feira de Santana: a Assembléia de Deus

A presença da Assembléia de Deus em Salvador foi em 1930. Já em Feira de Santana teve o seu primeiro templo no ano de 1938:

Os primeiros novos convertidos em Feira de Santana foram batizados no rio Paraguaçu, na cidade de Cachoeira, pelo pastor José Moreira e Silva, que naquele tempo cuidava do trabalho em Feira de Santana. Os primeiros batizados com o Espírito Santo foram Maria Júlia e o irmão Prachedes. Dentre os primeiros pastores contavam-se Jorge Monteiro da Silva e Manoel Joaquim dos Santos. No pastorado desse último fundou-se o orfanato mantido e ministrado pelas Assembléias de Deus³

² GILBERTO, Antônio. Doutrina, usos e costumes. s/d. apud COUTO, Clari. Orar e vigiar: o poder disciplinador da religião como representação do pecado na AD de Conceição do Coité, 1970 a 1990. UEFS, 2001, p. 83.

³ CONDE, 2000, op.cit., p. 174.

As pregações assembleianas em Feira de Santana podem ser remontadas ao ano de 1936, com a figura de José Carlos Guimarães, um negociante de animais que para Feira de Santana se dirigiu no intuito de vender o produto e aproveitava para exercer a evangelização. A partir da presença de José Guimarães, os trabalhos de pregação assembleianos aumentaram em Feira de Santana.

No mês de janeiro de 1937, o Pastor Firmino Lima, juntamente ao irmão José dirigem um culto na Praça dos Remédios e o culto inaugural foi dirigido no mesmo dia... Naquele tempo, segundo o irmão José Carlos Guimarães, não havia nenhuma Denominação Evangélica, sendo a Assembléia de Deus a pioneira. O irmão Firmino Lima não participou do culto inaugural, pois necessitou regressar. Assim estava lançada a primeira semente pentecostal nas terras de Feira de Santana.⁴

A fundação, com a construção do primeiro templo da Assembléia de Deus de Feira de Santana ocorreu em 1938, por doação da “irmã” Amália Nascimento, sistematizando as atividades de evangelização. Desse período até seu Jubileu de Ouro, comemoração dos 50 anos, a denominação cresceu qualitativamente, alcançando a marca de quase dez mil membros em 1988⁵. Sobre a fundação assembleiana em Feira de Santana Sara dos Anjos relatou:

Em Feira de Santana, a congregação central da Assembléia de Deus instalou-se em 1938. Posteriormente, foi construído um grande templo próximo à estação rodoviária, local de intensa movimentação de moradores da cidade, passageiros migrantes que se deslocavam para outras regiões do Estado e do País, especialmente para São Paulo. Feira de Santana, no período, não era apenas um grande centro comercial, mas uma cidade entroncamento, ligando por via de transporte terrestre o nordeste e o sudeste do País⁶.

Ao longo de suas memórias, Gillanders comentou o crescimento protestante em Feira de Santana a partir da vinda de presbiterianos, batistas e congregacionais na cidade. Grupos que reconheceu como tipicamente

⁴ FERNANDES, Rogério Armentano. 65anos: jubileu de ferro. Resumo do Histórico da ADEFS (1938 – 2003). Igreja Evangélica Assembléia de Deus. Feira de Santana – Ba. 2003, p. 4.

⁵ FERNANDES, 2003, op. cit., p. 8. Esta estimativa é do grupo assembleiano de Feira de Santana.

⁶ FERREIRA, Sara Silva dos Anjos. O papel da mulher na expansão e consolidação da Assembléia de Deus em Feira de Santana (1949 - 1980). Monografia. Feira de Santana. UEFS, 2008, p 36.

protestante, mantendo, portanto, bons relacionamentos com os mesmos. Diferentemente das relações com os pentecostais que chegavam à cidade e entraram em disputa por fiéis. Não admitia certas práticas pentecostais, como o “falar em línguas estranhas”. Pentecostais assembleianos eram vistos pelos missionários neozelandeses de forma negativa:

Nosso pastor não tinha o Espírito Santo nem também falava línguas. Tendo sido enganados pelos pentecostais, que imediatamente os batizaram. Naquela ocasião 22 membros professaram sua fé. Estas notícias foram uma verdadeira decepção para nós e tristeza para os nossos corações. Tais experiências dentro de grupos cristãos são muitas vezes mais difíceis de aceitar do que a perseguição dos de fora⁷.

Apesar de reconhecer os pentecostais como grupo cristão, não davam a eles os mesmos créditos que davam aos demais protestantes históricos, que comungavam, junto com eles, as mesmas práticas. Entre os pentecostais que a autora se referiu a ênfase foi sobre os da Assembléia de Deus, primeira Denominação pentecostal a chegar na cidade, na mesma década dos fundamentalistas, 1930. Feira de Santana, na década de 1950, começava a abrigar um número cada vez mais crescente de protestantes, inclusive pentecostais que rapidamente foram crescendo numericamente e disputando espaços com católicos e com os membros das religiões afro-brasileiras.

O crescimento evangélico no Brasil está aliado ao processo de urbanização e ao crescimento de uma sociedade de massa. Neste contexto ocorreu o crescimento e expansão de denominações, como a Assembléia de Deus. Começa quando a urbanização e a formação de uma sociedade de massas possibilitam um crescimento pentecostal que rompe com as limitações dos modelos existentes, segundo Freston⁸.

Os grupos evangélicos tiveram um maior crescimento no Brasil a partir da segunda metade do século XX. Período que coincidiu com o desenvolvimento urbano de Feira de Santana, acompanhado pelo aumento no setor comercial, de bens e serviços. O contexto urbano propiciou a expansão de estabelecimentos religiosos, especialmente pentecostais.

⁷ GILLANDERS, 1990. op cit., 1990, p. 54.

⁸ FRESTON, 1994, op.cit., p. 72.

Transformações: participação política

A entrada assembleiana na política partidária estava associada a duas questões: uma de cunho processual, relativo às próprias atividades assistencialistas e de barganha e outra, abrangendo os protestantes de todo País com a veiculação da idéia de que os evangélicos deveriam votar nos evangélicos, de modo a conduzir melhor a nação brasileira, pois tinham moral e o conhecimento “verdadeiro” da Bíblia. Esse chamado de evangélicos para votar em seus pares ganhou força com o enfraquecimento do regime militar e a abertura democrática⁹.

Na realidade, o modelo de atuação de um político evangélico deve ser a Bíblia Sagrada. Sem rótulos. Sem subordinações inibidoras. É muito fácil identificar as linhas mestras da Palavra de Deus sempre no rumo do amor, da verdade e da justiça social¹⁰.

Somou-se aos eventos acima citados, a composição do campo religioso em razão de mudanças estruturais nas cidades, a se observar pela urbanização, e a ameaça a liberdade religiosa e familiar que grupos protestantes indicavam desde o período militar, devido a aproximação dos militares com grupos de umbanda e espíritas, bem como a oposição protestante ao catolicismo e seu receio de que o mesmo retornasse ao centro da política nacional, tal qual havia sido no Império Brasileiro. Um outro fator, de relevante importância foi a possibilidade de canalizar maiores recursos para obras evangélicas, como outros grupos faziam na política. A presença de membros do grupo na política partidária significou a participação direta em prol de evangélicos e não a necessidade de negociar junto a políticos não evangélicos. Isto não significou a eliminação da política de barganha. Ela

⁹ Sobre isto ver o livro do assembleiano Josué Sylvestre. SYLVESTRE, Josué. *Irmão vota em irmão: os evangélicos, a Constituinte e a Bíblia*. Brasília. Pergaminho, 1986.

¹⁰ SYLVESTRE, Josué. 1988. Op. cit., p. 24.

coexistiu junto à presença evangélica em cargos políticos. Clientelismo típico da política baiana e brasileira, conforme Paulo Fábio¹¹.

A inserção da Assembléia de Deus de Feira de Santana na política partidária não significou uma negação de seus valores religiosos. Esta participação decorreu das transformações na sociedade, a citar, em contexto nacional, o golpe militar de 1964, que repercutiu relativamente de forma positiva entre os protestantes por significar, dentre outros fatores, uma perseguição ao comunismo ateu e a possibilidade de concorrência com o catolicismo.

A aproximação entre protestantes e o regime deve ser colocado em contexto. A tendência ascendente vinha desde 1946; o papel público dos protestantes cresceria entre 1964 e 1985 sob governos democráticos também. A questão é até que ponto a tendência foi acelerada pelo regime militar... Os evangélicos percebiam que o regime militar queria cooptar grupos religiosos subalternos de todos os tipos, inclusive seus rivais... O período militar é visto, hoje, por muitos evangélicos como o momento em que correntes espíritas e esotéricas ganharam espaço no Planalto¹².

Ou seja, o regime militar significou uma possibilidade de entrada dos evangélicos no cenário nacional, pois o regime não se opôs aos protestantes, como estes não se opuseram institucionalmente e em bloco. Houve reações menores, como as de Celso Dourado e João Dias, políticos evangélicos da Bahia, e Paulo Wright, presbiteriano, ao regime, seguindo seus princípios bíblicos, de respeito às autoridades. Contudo, conforme afirmou Freston, não apenas os evangélicos foram beneficiados pelo regime. Outros grupos religiosos também foram. E os evangélicos queriam assegurar sua participação social no cenário brasileiro, em virtude de seu crescimento ascendente. Rubem Alves contextualizou esta participação evangélica aliando-se às instituições políticas no poder em vários momentos históricos e mais ainda durante a ditadura, com o golpe de 1964, assumindo a política eclesiástica e a política secular os mesmos aspectos de controle social. A participação

¹¹ DANTAS NETO, Paulo Fábio. *Tradição, autocracia e carisma: a política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954 – 1974)*. Belo Horizonte. UFMG. 2006.

¹² FRESTON, 1993, op.cit., p. 158-9.

protestante junto aos governantes/ autoridades representou um fator de lealdade.

Alves argumentou que os protestantes olvidaram seu princípio de negação a todas as formas de totalitarismo e absolutismo. Sua lealdade ao governo ditatorial não conseguiu atender ao seu público “consumidor”, como a Igreja Católica, que tinha aprendido a arte da sobrevivência contemplando e protegendo seus fiéis, sem deixar de atender ao Estado. Mas com as Igrejas Protestantes a situação era diferente. Comunidades pequenas, marginais, sem reconhecimento, desejosas de „pertencer” a algo maior: nada melhor do que uma situação de „caça às bruxas” para afirmar, perante o Estado, a sua lealdade, garantindo o seu direito de participar do poder¹³.

Elizete da Silva também analisou esta participação política protestante junto aos espaços de poder:

As representações protestantes em torno da realidade brasileira foram manipuladas pela hierarquia eclesiástica que inibiu e estigmatizou o pensamento divergente, muitas vezes, em função de interesses muito terrenos, ou materiais. No entanto, convém ressaltar que tais dissidências alimentaram-se nas próprias matrizes e nos princípios históricos do protestantismo que, atualizados na vivência cotidiana, punham em cheque o monolitismo da reta doutrina, abrindo caminhos para alternativas e elaboração de outras representações¹⁴.

A conservação da ordem religiosa, portanto, está profundamente associada à conservação da ordem política. Contudo, estes campos não deixaram de entrar em conflito. Tanto no que se referiu às práticas sociais mundanas, muitas reapropriadas pela religião e apoiadas pelo Estado, a exemplo do Carnaval.

A política significou uma forma de se destacar e vincular o trabalho eclesiástico, o exercício do poder e a figura do pastor. Mais uma vez destacasse o especialista religioso, que aproveitou de suas relações de poder, de sua condição “extraordinária” e da situação “extraordinária” para alcançar a via política. A entrada pentecostal na política não oferece uma nova via de

¹³ ALVES, Rubem. Da Esperança. Campinas. SP. Papirus, 1987, p. 29.

¹⁴ SILVA, Elizete da. Visões do Progresso e do Trabalho no Brasil. In: Humanas: Revista do DCHF. nº1. Feira de Santana. UEFES, 2002, p. 50.

ascensão política para o fiel comum, mas apenas para aquele que já se destacou no trabalho eclesiástico e se tornou pastor¹⁵.

A ascensão política não era entre os leigos, mas no interior da hierarquia religiosa, os pastores feirenses encontraram alguma resistência dos fiéis em se eleger, por ser ele o “ordenador do rebanho”, portanto não devendo assumir cargos políticos. Situação modificada na década de 1990, após a Constituição de 1988, em que os pastores passaram a ser os maiores representantes dentre os evangélicos a ocupar cargos políticos. Em Feira de Santana, o pastor da Assembléia de Deus, Severino Soares ocupou uma vaga na Câmara Municipal, em 1994, em virtude da morte do vereador José Martins Vitória, pois era seu suplente¹⁶.

Parte-se da análise que a religião não se separa dos fenômenos sociais. A religião tem desempenhado diferentes papéis conforme o processo histórico. Isto por ser a cultura um elemento central da construção da sociedade, bem como da sua reprodução ou transformação¹⁷.

O protestantismo relacionou-se com a sociedade circundante e transformou-se com ela, não foi a-histórico, por mais que procurasse elaborar origens míticas. A atuação em espaços assistencialistas, como o orfanato, creche e centro de recuperação mantidos pela AD em Feira de Santana era uma maneira de se relacionar com a sociedade e buscar atuação e visibilidade política.

Elizete da Silva exemplificou isto ao analisar a participação política dos batistas quando da instalação do Regime Militar. Os batistas aderiram a esta prática de modo a ter seus direitos garantidos:

A lealdade e a submissão ao governo foram destacadas, porém uma outra interpretação do fato pode ser acrescentada: mais uma vez, na iminência de um desfecho trágico para a crise, os batistas queriam garantias da

¹⁵ FRESTON, Paul. Evangélicos na Política Brasileira. In: *Religião e Sociedade*. RJ. 1992, p. 29.

¹⁶ OLIVEIRA, Lélia Vitor Fernandes de. *Inquilinos da Casa da Cidadania*. Fundação Cultural Egberto Costa. Feira de Santana. 2006, p. 264.

¹⁷ HOUTART, François. *Mercado e Religião*. São Paulo. Cortez Editora, 2003, p. 75.

continuidade da liberdade religiosa, do respeito ao princípio constitucional e que não seriam molestados¹⁸.

Gerson Gomes da Silva foi o primeiro candidato evangélico da AD de Feira de Santana a ingressar no mundo político. Traçou uma longa carreira política como candidato a vereador, deputado estadual e prefeito em Feira de Santana. Sua atuação política partidária foi da década de 1970 a 1990, no qual assumiu mandatos de vereador, deputado estadual, assessoria ao governo do Estado da Bahia, na figura de João Durval Carneiro. Durante seus mandatos atuou no sentido de beneficiar, sobretudo, as denominações evangélicas, com apreço especial, a AD, da qual era membro. Outro político assembleiano foi Waldeir dos Santos Pereira. Sua atuação com mandato foi na legislatura de 1982 a 1988, durando dois anos a mais, para as eleições de vereador coincidir com as de prefeito. Terminou sua carreira política como assessor parlamentar de José Ronaldo da Silva que, em diversas oportunidades, foi eleito a cargos políticos, como vereador, deputado estadual e federal e prefeito. O único pastor da AD a ocupar um cargo na Câmara Municipal, já na década de 1990, foi Severino Soares, mesmo assim, por via de suplência. Antes dele, o pastor assembleiano, Manoel Joaquim, solicitou afastamento do pastorado, na década de 1950, no intuito de se candidatar, não obtendo êxito. Outros membros da AD concorreram a uma vaga municipal, sem sucesso nas urnas. Dentre os que tentaram, destacaram-se pelo trabalho ministerial junto a AD, José Marques, Lucivaldo Teixeira e Urbano Matos. Urbano Matos foi vereador na década de 1980, mas por São Sebastião do Passe (Ba)¹⁹. Diversos outros assembleianos feirenses tentaram vaga na Câmara Municipal sem, contudo, contar com o apoio oficial da denominação, como ocorreu com os citados.

Costumes e doutrinas na Assembléia de Deus

¹⁸ SILVA, Elizete da. Os batistas e o governo militar: Deus salve a pátria. Assis – São Paulo. UNESP. X Simpósio da ABHR. 2008, p. 4-5.

¹⁹ FERREIRA, Jean Neilla Rocha. Assembléia de Deus em Feira de Santana: um estudo das representações políticas na década da colheita. UEFS. Feira de Santana. 2009. (Trabalho de conclusão de curso), p. 46.

A AD teve, em sua formação, costumes e doutrinas bastante rigorosos quanto ao doutrinamento de seus fiéis. Esta foi a forma encontrada para manter a coesão do grupo, a moralidade, vinculando atitudes não dignas de um evangélico, segundo a conduta pregada, como pecado, decorrência da mundanidade. Por isso a necessidade de afastamento do mundo e dos seus estímulos, como a bebida e o apelo sexual.

Era intensa a disciplinarização de seus membros quanto às normas e costumes. Verificamos em ata nº 235, a exortação do Pastor Severino Soares, em exercício no período:

Devemos ter cuidado, pois estamos diante de Deus. O nosso peso deve corresponder ao do Senhor, pois tanto no sentido material como no espiritual Deus está observando a nossa vida, pois ele nos convoca por todos os ângulos²⁰.

Era recomendada a centralidade do texto bíblico e o rigor comportamental. Para tanto se fazia fundamental a fiscalização entre os “irmãos”, de modo a seguir uma conduta aceitável. Comissões eram formadas para acompanhar tanto irmãos suspeitos de jogar baralho, frequentar o cinema, a praia, cortar os cabelos, se maquiar e participar outras grupos religiosos, como foram realizadas exclusões de membros que passavam por disciplinarizações sucessivas ou não cumpriam a doutrina do grupo assembleiano.

Havia, portanto, uma preocupação explicitada nos *Livros de Atas* com a postura dos fiéis, sendo recorrente assuntos relativos a disciplinarização, suspensão, exclusão, reconciliação, formação de comissões para visitar fiéis suspeitos de “infração da lei cristã”, afastamento da comunhão com os demais membros e pedido de perdão do fiel admitindo seu “desvio” e solicitando reconciliação com o grupo.

²⁰ Livro de Atas da Assembléia de Deus. Feira de Santana. 26 abr. 1978.

Em diversas atas, encontram-se registros de fiéis suspensos ou excluídos da congregação devido as vestimentas que usavam, inadequadas a um crente. Estas advertências serviam para homens, mas, principalmente para mulheres. Chamavam a atenção feminina ao corte e tintura do cabelo, a pintar as unhas, a depilar as pernas e sombrancelhas. Estas não eram atitudes dignas de uma cristã²¹.

Na ata 246 uma fiel foi disciplinada por ter cortado o cabelo. A própria decidiu parar de frequentar a denominação, sendo acompanhada por uma comissão:

A irmã Maria Marques pediu a palavra e disse: que se excluísse esta irmã teria que excluir muita gente que estão com os cabelos cortados, e falou que tudo o que está acontecendo é falta de amor e não falta de doutrina, e a Gracil ficou suspensa da comunhão até que o cabelo cresça²².

Em outras atas, como na de nº 240 mulheres foram advertidas por cortar os cabelos, ficando proibidas de participar da ceia, ou seja, das comunhões realizadas para os membros e das decisões internas do grupo²³. Tais ocorrências expressavam o modo de pensar e a forma de organização assembleiana no período. Na ata nº 251:

o pastor falou sobre a vaidade que está tomando conta de muitos e pediu a Igreja que orasse para Deus guardar a pureza de nossa Igreja, livrando-nos de Jezebel, e nos falou que devemos ficar embaixo do sangue de Cristo e zelarmos pela doutrina da Igreja²⁴.

Na ata nº 238 forma-se uma comissão em que buscava saber se um fiel estava com aparelho de televisão em casa. Já outra fiel era apontada por cometer erros que um crente não faz²⁵. Já na ata nº 247 um fiel foi excluído por

²¹ Livros de Atas de Assembléia de Deus de Feira de Santana. Feira de Santana. 29 mar. 1974; 28 jun. 1974; 30 jun. 1978; 01 de set. 1978; 29 jan. 1979; 29 fev. 1980; 24 jun. 1983.

²² Livro de Atas da Assembléia de Deus. Feira de Santana. 26 jan. 1979.

²³ Livro de Atas da Assembléia de Deus. Feira de Santana. 29 set. 1978.

²⁴ Livro de Atas de Assembléia de Deus de Feira de Santana. Feira de Santana. 26 jun. 1979.

²⁵ Livro de Atas da Assembléia de Deus. Feira de Santana. 28 jul. 1978.

estar bebendo e fumando. Outra fiel pedia a exclusão de grupo e, segundo a comissão, já estava usando pinturas e calças compridas²⁶.

A normatização dos costumes era, portanto, forma da AD manter seu grupo coeso e submisso aos preceitos religiosos, sendo inclusive um meio de diferenciação entre os outros protestantes e a Igreja Católica, considerada liberal em suas práticas. A aparência do converso era fundamental para seu testemunho enquanto crente. As roupas, o modo de se portar, identificavam a construção de uma identidade peculiar aos pentecostais assembleianos na sociedade feirense.

Clari Couto ao analisar os costumes e doutrinas da AD em Conceição do Coité, no semi-árido baiano, observou o rigor da sua ética comportamental assembleiana e que a denominação se orgulhava de *distinguir-se de outros grupos religiosos pelo conservadorismo no campo dos usos e costumes que são impostos aos fiéis como emblema para sua permanência no grupo*²⁷. Portanto, os costumes da AD acabavam por tomar uma dimensão maior que a própria doutrina do grupo.

A presença dos fiéis no centro das decisões cotidianas, junto ao pastor, era um elemento central para que as disciplinarizações e exclusões fossem aplicadas. Ao mesmo tempo que sofriam disciplinas eram responsáveis por sua aplicação, pela vigilância no interior do grupo. Como aceitavam as disciplinarizações, também questionavam sua aplicação, a exemplo da fiel que questionava uma melhor aceitação das doutrinas.

Percebe-se pelos Livros de membros da Assembléia de Deus, o grande fluxo de pessoas advindas de diferentes localidades que vieram ou tomaram Feira de Santana como ponto de passagem pelo fato dela ser um cruzamento rodoviário de três estradas federais. Os assembleianos que se dirigiam para Feira de Santana traziam consigo cartas de recomendação ou mudança, atestando que já era convertido e estava em comunhão com a Denominação a que pertencia antes de se deslocar. O uso das cartas de recomendação era

²⁶ Livro de Atas da Assembléia de Deus. Feira de Santana. 02 mar. 1979.

²⁷ COUTO, Clari. Orar e vigiar: o poder disciplinador da religião como representação do pecado na AD de Conceição do Coité, 1970 a 1990. UEFS. 2001, p. 71.

comum entre os assembleianos. A procedência era a mais variada, contudo grande maioria que passava a residir em Feira de Santana era proveniente de outra localidade da Bahia ou do Nordeste. Na Assembléia de Deus não era liberada tais cartas para ida dos fiéis para outra Denominação. Contudo, aceitavam cartas de fiéis vindos de outras comunidades evangélicas que não a Assembléia de Deus. Forma esta de manter o crescimento quantitativo e certo exclusivismo. Estas referências foram encontradas em livros de atas e de membros do grupo religioso. Utilizavam-se também de carta de reconciliação como forma dos irmãos demonstrarem arrependimento por afastamento ou desobediência aos costumes e doutrinas. Verifica-se a utilização destas cartas em diversas situações. Conforme Livro de Atas de Assembléia de Deus:

O pastor Severino Soares leu para igreja uma carta da igreja Evangélica Congregacional, apresentando-a na igreja, o irmão Manoel Castro Pereira, o caso foi levado a apreciação da igreja, vários irmãos se pronunciaram em favor do irmão, quando em observação da igreja para depois ser aceito na comunhão da mesma²⁸.

A ata de nº 240 apresentou diversos irmãos provenientes de São Paulo, de São Gonçalo dos Campos e Lagoa do Mato, os dois últimos distritos baianos²⁹. Na ata de nº 264 encontramos irmão procedentes de regiões como Camarana – Ba, Bom Princípio Caucaia – Ceará, Candeias – Bahia³⁰. Na ata 265, carta de recomendação de irmãs que estavam retornando de São Paulo³¹.

As atas 261 e 277 contém cartas solicitando reconciliação e mudança de membros da Assembléia de Deus: Uma o pastor Rodrigo Santana solicitava a carta de mudança do irmão Raul Neves e a outra, era o próprio Raul se dirigindo à Igreja, solicitando a sua aceitação no rol de membros e pedindo perdão à Igreja. Depois de ouvida várias opiniões sobre o assunto, ficou resolvido pela maioria dos membros presentes, o envio da carta de transferência do irmão Raul para Salvador.³²

²⁸ Livro de Atas da Assembléia de Deus. Feira de Santana. 01 fev. 1974.

²⁹ Livro de Atas da Assembléia de Deus. Feira de Santana. 29 set. 1974

³⁰ Livro de Atas da Assembléia de Deus. Feira de Santana. 03 jun. 1980.

³¹ Livro de Atas da Assembléia de Deus. Feira de Santana. 25 jul. 1980.

³² Livro de Atas da Assembléia de Deus. Feira de Santana. 28 mar. 1980.

Também foi apresentada à Igreja uma carta vinda da Assembléia de Deus em Barueri – S. Paulo, solicitando desta Igreja uma carta de reconciliação para a irmã Eroni Oliveira Soares, a qual estava afastada da comunhão desta Igreja. Atendendo a pedido, a Igreja recebeu em comunhão, expedindo em seguida a sua carta de mudança³³.

As cartas de reconciliação era uma forma do “irmão” suspenso da comunhão demonstrar arrependimento e solicitar sua reintegração à comunidade que era aceita ou recusada pela avaliação dos demais membros. As cartas de recomendação, mudança e reconciliação também demonstram as normas rígidas do grupo religioso da Assembléia de Deus, assumindo o controle em diversos aspectos da vida do fiel, até seu deslocamento entre localidades diferentes. Forma também de assegurar a vigilância do convertido nos preceitos assembleianos, independente da congregação assembleiana que estivesse. As cartas eram apresentadas nas reuniões ordinárias da congregação, a qual opinava sobre a aceitação, readmissão ou mudança do membro que fazia a solicitação para a AD de outra localidade. Esta era uma forma de, inclusive, os fiéis se sentirem importantes na construção de normas do grupo, saber e reproduzir as normas e penalidades que este impunha, contribuindo para o controle dos membros da AD. Os membros colaboravam, desta forma para a manutenção de uma identidade que passava pelo rigor comportamental da comunidade religiosa. Sobre identidade entende-se o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado³⁴. Em muitos casos a religião foi um fator determinante na construção da identidade.

Conclusão

³³ Livro de Atas da Assembléia de Deus. Feira de Santana. 26 jun. 1981.

³⁴ CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. São Paulo. Paz e Terra. Vol. 2. 1999, p. 22.

A Assembléia de Deus é conhecida por seu severo código de normas e condutas. Contudo, isto não impediu de participar ativamente da sociedade circundante, bem como de interferir em suas práticas e atuar politicamente, o que demonstra que os grupos religiosos tanto alteram, como sofrem os efeitos da sociedade em que está inserido.

A participação pentecostal alcançou impressionante visibilidade com a constituinte de 1986. Seria inevitável que essa participação alterassem o conjunto dos costumes religiosos dos assembleianos.

A presença dos pentecostais, como a Assembléia de Deus, nos espaços públicos, sobretudo com a atuação política foi um esforço de décadas, pois na representação deste grupo religioso as atividades referentes ao mundo tinham de ficar à parte daqueles que se convertiam ao Evangelho, pois “o mundo significava o ímpio e o crente que a ele se misturasse estaria se corrompendo”.